

RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: A PROBLEMÁTICA DO MUNICÍPIO DE OURINHOS/SP.

Bianca Sanae Nakamoto¹, Marcio Rogério Silveira (Orientador).

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP
Campus de Ourinhos/SP, Departamento de Geografia. biancasngeo@yahoo.com.br. Bolsista Cnpq

Palavras-Chaves: Resíduos; saúde; planejamento.

Introdução

O trabalho tem como pressuposto contribuir com a discussão sobre a problemática referente a disposição final dos resíduos de serviços de saúde no município de Ourinhos/SP. A disposição indevida se dá devido à forma como a prefeitura local lida com essa questão, apesar de estar dentro do plano diretor do município (Plano Diretor Participativo de 2006) como um item a ser melhorada, a prefeitura ainda demonstra dificuldades na execução dessa tarefa. O serviço oferecido pela prefeitura redunde em coletar os resíduos produzidos pelos estabelecimentos registrados, como farmácias, clínicas e hospitais, porém, no município não se encontra local adequado para sua disposição final.

Quando utilizamos o termo lixo hospitalar muitas vezes não notamos a restrição que este termo nos leva, pois denomina apenas os resíduos gerados por um órgão hospitalar (apenas os hospitais), como o intuito da pesquisa é analisar os resíduos gerados por estabelecimentos que prestam serviços à saúde, utilizaremos deste modo, o termo Resíduo de Serviços de Saúde, pois assim podemos ampliar nosso foco de análise. Conforme a Norma brasileira 10.004 (ABNT, 1987), os resíduos são classificados conforme a presença de certas substâncias perigosas que são analisados em testes laboratoriais complementares nos quais temos vários parâmetros químicos que são analisados nos extratos lixiviados e solubilizados dos resíduos, e que acabam sendo recomendáveis à incineração. A norma que rege a incineração é a NBR 11.175, que tem como finalidade fixar as condições adequadas de desempenho do equipamento para realizar a destruição térmica. Alguns estabelecimentos se comprometem pela disposição final desse tipo de resíduos, como no caso do hospital da UNIMED, em Ourinhos/SP, que terceirizou o serviço de coleta dos resíduos gerados pelo hospital, a empresa contratada pela UNIMED incinera todos os resíduos que possam ser prejudiciais.

A partir dos anos de 1980, a concepção de Meio Ambiente é retomada e entendida e recebe um espaço definido geograficamente. Através da incorporação de um espaço socialmente ocupado, o desenvolvimento do capitalismo e as diversas formações econômico-sociais têm impacto direto na saúde e no ambiente (PIGNATTI, 2004). Esse novo estudo da Geografia que tem como ênfase a área da saúde passa a ver e a analisar o espaço produzido de forma diferente. Já não se remete apenas a análise do espaço produzido, mas sim o que leva a essa produção, o que a produz, que no caso trata-se das pessoas. Os serviços de saúde demonstram bem as classes sociais existentes nos espaços produzidos, desde o consumo, de sua produção, disposição e gerenciamento de seus subprodutos (os resíduos hospitalares), pois a qualidade de vida apresentada por uma dada população depende exatamente desse serviço (GUIMARÃES, 2006).

¹ Aluna integrante do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infra-Estruturas (GEDRI), vinculado à Unidade da UNESP Ourinhos e com abrangência nacional.

Os variados tipos de resíduos se revelam de acordo com o local de produção e refletem os hábitos, costumes e atividades de uma dada população, e esses variados tipos seguem a necessidade dessa sociedade e está relacionada diretamente com a capacidade de produção, pois a relação homem e meio se dá através do trabalho. Assim, no momento em que a sociedade é capaz de produzir para sua própria existência, ela passa a produzir o seu espaço (CARLOS, 2005).

A partir dessa relação de transformação do espaço vivido, segundo a interação homem e o meio podemos então expor a real intenção desta pesquisa, que é a contribuição para o entendimento e, sobretudo, para a revelação dos problemas do espaço intra-urbano e de planejamentos espaciais da cidade de Ourinhos, que escondem as verdades sociais sob as formas espaciais materializadas nas estruturas de prestação de serviços de saúde do município.

A produção de resíduos no espaço intra-urbano

O modelo de desenvolvimento capitalista² atua sobre diversas esferas da vida social, entre elas, o crescimento populacional, o desenvolvimento econômico, tecnológico, a industrialização e, por conseguinte, a urbanização. É na cidade que o capitalismo toma forma e se reestrutura e ao mesmo tempo é responsável pela produção e reprodução do espaço urbano. Esse é o território das lutas, das conquistas e dos retrocessos, resultando em pressões de variados tipos e intensidades que nos remete a criação de muitos meios para a melhoria da vida em sociedade, incluindo melhoria em relação à saúde, gerando um novo conceito e uma nova preocupação em relação à classe dos resíduos sólidos.

O aumento e a diversificação na produção do lixo se dão devido ao desenvolvimento econômico e aos mecanismos de mercado, demonstrando assim, que o lixo é um subproduto das relações sociais (PONTIM; SCARLATO, 1992). Outro fator que tem relação direta com esse aumento e diversificação dos resíduos seria a qualidade de vida, que condiz com os aspectos de condições gerais de vida individual e coletiva que são os serviços prestados pelo Estado como saúde, habitação, cultura, entre outros, e também ao estilo de vida de cada indivíduo que o condiciona a liberdade ou não de inserção social que é oferecido pela sociedade e que vem sendo modificado pelo modo de produção capitalista.

Inicialmente, o Homem vivia apenas da coleta e não se fixava em um determinado local. Desta forma, Munford afirmava que a cidade dos mortos antecedeu a cidades dos vivos. Porém, a partir do momento em que ele passa a dominar a arte do cultivo de plantas e a domesticação de animais a relação Homem-Natureza é modificada passando a existir o espaço geográfico.

“O homem coletor habitava o planeta apenas tirando dele o necessário para sua sobrevivência. Existia uma relação muito grande de dependência do indivíduo em relação ao meio circundante. A atitude do indivíduo era passiva. Não existindo uma atividade produtora e por conseqüência criadora e transformadora, não existia o espaço geográfico, embora existisse vida no planeta. Mas foi essa relação de pura coleta, para sobrevivência, que o homem começa a modificar essa relação passiva inicial com a natureza.” (CARLOS, 2005, pp. 30).

Após essa modificação sociocultural a relação passiva antes existente no Homem com relação à Natureza passa a se demonstrar ativa, tendo no Homem a figura transformadora do

² O modelo de crescimento capitalista adotado pela maioria dos países subdesenvolvidos, somado à explosão demográfica resultaram numa explosão urbana e concentração de riqueza e pobreza nas cidades. Pensava-se antigamente que a industrialização capitalista podia trazer uma solução à crise social que gerou. Quando se tornou claro que isso não ocorria, o problema foi atacado por outros meios indiretos como habitação, educação, etc. (SANTOS, 1979, p. 47).

espaço, criando o espaço geográfico, onde mais adiante, se torna notória a intrínseca relação que essas sociedades, já um pouco mais evoluídas, passam a ter com a capacidade de produção e do trabalho exercido, através do qual a sociedade produz sua existência (CARLOS, 2005). Mas esta fixação ainda não era uma cidade, pois, para termos uma cidade necessita-se de organização social e isto só é possível através da divisão social do trabalho (SPOSITO, 2001).

A divisão social do trabalho pode ser analisada a partir dos Impérios Antigos, é neste período que percebemos a atuação de uma divisão dentro das sociedades existentes. Nos Impérios Antigos é observada a existência de uma supremacia militar ao conquistar outras regiões, em decorrência das conquistas ao longo da Europa houve transformações sociais, políticas e econômicas, assim, foi percebida a necessidade de uma divisão de trabalho para que se pudesse organizar de forma equilibrada e pra manter a ampliação do império. Essas organizações se baseavam na política e no papel urbano e do relacionamento entre as cidades (SPOSITO, 2001).

Mais adiante, entramos então na fase do Renascimento urbano, onde, através das transformações iniciadas com os povos dos Impérios Antigos, temos as primeiras cidades mercantis, que através da reativação do comércio trouxe condições para a implantação do modo de produção capitalista. Após essa fase, o modo de produção capitalista só vem crescendo e tomando formas para a caracterização de uma nova era, a era da industrialização. A partir deste momento temos então uma nova condição da sociedade e de sua produção de resíduos.

Como amostra desta modificação temos, no século XVIII na Europa, manifestações de epidemias conseqüentes da falta de higiene que advém das aglomerações dos centros urbanos que são implicações das modernizações como as fábricas de tecido que deslocou grande parte dos artesãos para as cidades. As condições de vida eram muito precárias, devido ao desconhecimento de técnicas de saneamento básico e de profilaxias eficientes as enfermidades advindas de falta de higiene e de problemas de contaminações na água e nos alimentos, estas talvez possam ser uma das grandes causas dessas epidemias (CAVINATTO, 2003).

A partir desta reflexão podemos verificar que os resíduos acompanham, concomitantemente, a produção do espaço geográfico já que os resíduos são subprodutos da ação humana, assim, toda mudança que ocorre com a transformação gerada pelo Homem leva a geração de algum tipo de resíduo, desde os primórdios.

Antes de iniciar a discussão acerca dos resíduos de serviços de saúde faremos um apanhado geral sobre a importância e aplicabilidade do planejamento urbano e do plano diretor e, assim, abordar a problemática apontada no município de Ourinhos/SP que se dá devido à disposição final inadequada que traz questões de cunho ambiental e de saúde pública cuja possível solução se encontra no planejamento urbano bem executado. Desta forma, se mostra necessário realizar uma discussão referente ao planejamento urbano e do plano diretor para a identificação e para uma suposta solução dos problemas referentes aos subprodutos do setor de serviço de saúde dentro do município de Ourinhos/SP.

A cidade necessita de Planejamento: planejamento urbano e os problemas dos resíduos

Como pudemos observar, a maioria dos problemas enfrentados pelas cidades são frutos da falta da criação e execução de um planejamento prévio que definirá qual o caminho que a cidade irá ou suportará tomar. Como se poderá auxiliar nas situações emergenciais e como a Prefeitura e o Estado podem ser atuantes. Planejar tem como sinônimo a prevenção, isto é, precaver problemas e dificuldades e aproveitar as melhores oportunidades advindas do planejamento. Quando há um roteiro a ser seguido, e se ele for bem executado, dificilmente

trará efeitos negativos. Assim, o Planejamento, para o bem estar da população, é essencial para a construção das cidades.

Apesar de o Planejamento Urbano servir como agente para manter a ordem, esta atividade é, na verdade, um instrumento político, sendo assim, não existindo neutralidade. Em consequência desta falta de neutralidade temos uma administração duvidosa que, muitas vezes, se sujeita para o lado mais dominante, ou seja, os benefícios do Planejamento Urbano acabam privilegiando os mais favorecidos economicamente. Essa relação de usufruir os benefícios da cidade e de suas infra-estruturas e serviços demonstra que o que acaba prevalecendo são os interesses de uma determinada classe. Isso ocorre em todos os setores, e não poderia ser diferente na questão dos resíduos.

O sistema de gerenciamento e gestão dos resíduos necessita de uma infra-estrutura específica, o que envolve uma técnica mais avançada e mais dispendiosa. Como, por vezes devido ao planejamento ser uma ferramenta política, então não apresenta neutralidade, a consequência disto é que nem sempre todos os benefícios advindos do planejamento são compartilhados de forma igualitária pela população. No caso do sistema de gerenciamento de resíduos o que acaba acontecendo é que em algumas cidades é o fato desse sistema ser diferenciado devido a aquisição financeira de cada bairro ou tipo de moradia. Isso ocorre, por exemplo, em moradias irregulares, onde o sistema de coleta de resíduos é deficitário e nem sempre tem sistema de tratamento de água e esgoto adequados, o que nos leva novamente a proliferação de doenças e insalubridade, porém de origens diferentes da era da industrialização.

Como forma de amenizar tais problemas, inicia-se estudos para a compreensão da transformação do espaço, embasado no discurso onde o principal era a visão do espaço urbano como uma continuação do espaço industrial. Essa visão surge com o Urbanismo Modernista ou Progressista, que fora baseado na Carta de Atenas, ela sugeria uma funcionalidade voltada a diferentes áreas gerando separação, no plano territorial, entre as diferentes funções urbanas, ampliando-se ainda mais, as necessidades de deslocamento no interior da cidade (SPOSITO, 2001). Isso acabou trazendo mudanças na infra-estrutura das cidades.

Com a visão do Urbanismo Modernista, encontramos a principal característica do ato de planejar, que é dividir áreas para melhor equipá-las e fazer com que funcionem de forma independente e não separadamente. Porém, esta funcionalidade começa a partir da área central, onde se tem a maior concentração de trabalhadores e as infra-estruturas são mais densas e com maior qualidade, já que a área em questão apresenta maior fluxo e maior importância em relação aos espaços circundantes, assim, esta área é mais favorecida. Em contrapartida, têm-se as áreas mais afastadas que demonstram sua organização sob a ótica do planejamento menos favorecida e equipadas de estruturas de circulação e habitação por que são vistas apenas como espaços que fornecem a mão de obra e as condições de manutenção da área central.

Então, tem-se que essa forma de planejamento segregacionista justificada através da independência das áreas passa-se a falsa imagem de um processo de urbanização, mas o que se trata, na verdade, é de uma ação incisiva de urbanizar, onde o “poder central”³ realiza condições e situações na área central que faz com que surja uma cidade e, paralelamente, ocorra um processo de urbanização como subproduto desta ação, que é desordenado e carregado por contradições socioeconômicas. Mas também é integrado e necessário ao processo que ocorre no centro.

Com a introdução do Planejamento Urbano foram observadas mudanças de caráter positivo e também negativo, afinal, o planejamento nada mais é do que um auxiliar para

³ Estamos nos referindo a poder central como os agentes responsáveis pelo ato de urbanizar, como o Estado, a iniciativa privada ou especuladores imobiliários, entre outros.

manter a ordem e também uma ferramenta política. Muitos desses impactos são sentidos até hoje, e o que difere nos impactos anteriores são a sua intensidade e sua dinamicidade.

Os impactos positivos notados a partir da prática e execução de um Planejamento Urbano se demonstram na queda da mortalidade infantil, um aumento na expectativa de vida, melhora no nível de escolaridade, ampliação do saneamento básico e da coleta de resíduos, porém, há fatores negativos como má distribuição das infra-estruturas e serviços, pois *planejamento é competência do Estado e este é a expressão das classes dominantes, daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário* (MARICATO, 2001). Desta forma, podemos verificar que o planejamento pode ser passível de adequações de acordo com a sociedade ou parte dela.

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de idéias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as idéias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias. (MARICATO, 2000, PP. 122.)

O Estado, às vezes, acaba se utilizando do Planejamento Urbano para criar algum melhoramento na cidade que acaba prevalecendo apenas à uma parcela da classe social, gerando certa segregação que pode ser racial, cultural e socioeconômico. Assim, podemos perceber que se buscava ordenar a cidade para que permitisse um maior lucro. Desta forma, temos um exemplo desta ordenação a favor do maior lucro que foi o caso dos Jogos Pan Americanos de 2007 que ocorreu no Rio de Janeiro (SOUZA;RODRIGUES,2004). Neste momento foi acionado um planejamento voltado ao maior lucro do mercado a serviço dos interesses empresariais e privados com a implementação de obras de embelezamento e revitalizações devido ao turismo da cidade. Neste contexto, percebemos que o que ocorreu no Rio de Janeiro foi uma forma de Reforma Urbanística, que são um conjunto de intervenções físicas que são realizadas no espaço urbano como a construção de monumentos, praças, avenidas entre outros, que acaba contribuindo para uma maior segregação (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

No Brasil o processo de planejamento urbano ocorre com a construção da primeira cidade planejada, Belo Horizonte. A intenção da criação da cidade foi de abrigar uma elite, a elite mineira. Novamente podemos ver um exemplo de planejamento voltado à elite. A cidade tinha suas construções baseada nas construções européias o qual era voltado ao embelezamento estético das cidades, porém seu maior ponto positivo seria a importância com os instrumentos de saneamento. Outro momento histórico no mesmo sentido foram os planos Pereira Passos de 1903 para o Rio de Janeiro, Agache também para o Rio de Janeiro e Prestes Maia para São Paulo, ambos em torno dos anos de 1930 que foram cumpridos (MARICATO, 2000). Porém, em São Paulo as medidas de higienização⁴, pelo menos da área central, ocorrem desde o ano de 1886 devido ao Código de Posturas. Já em 1894 é promulgado o Código Sanitário do Estado de São Paulo, o Código foi implantado devido ao fluxo migratório. Neste Código sanitário ficam estabelecidas condutas a evitar transtornos à saúde pública, participação da sociedade, integração da sociedade aos assuntos referentes ao município como verbas e universalização da assistência de qualidade e não com bases nas

⁴ O termo higienização refere-se à limpeza da cidade na questão segregacionista, de separar as classes, tornando a cidade mais limpa e esteticamente mais bonita.

condições econômicas. Uma forma de oferecer segurança a saúde coletiva, pública, a todos os cidadãos sem distinção de classes, sendo igualitária.

O maior marco histórico brasileiro de planejamento foi construção da cidade de Brasília, em 1960, a capital do país. Inicialmente, a cidade seria um símbolo de cidade justa, porém, o planejamento territorial se demonstrou totalmente segregacionista. A maior prova disto foi o caso dos trabalhadores que participaram na construção da cidade planejada e foram morar nas cidades satélites, fora da área planejada, mantendo uma distancia da área onde estava a melhor infra-estrutura, demonstrando total separação social. A cidade de Brasília foi à representação da cidade planejada, onde os setores da área central tinham funcionalidade e racionalidade para um melhor aproveitamento da infra-estrutura oferecida, conseqüentemente, apresentando maior fluidez. Neste momento, década de 1960, o Brasil crescia de forma positiva, e como amostra desse desenvolvimento a criação de uma capital mais desenvolvida, planejada, ordenada e símbolo de cidade mais justa. Apesar de Brasília não ter conseguido se manter como uma cidade mais justa como no papel, ela foi um avanço na área do planejamento, pois já se constatava que uma cidade obteria maior sucesso, isto é, sua população teria um desenvolvimento social menos desigual, com isso, as melhorias nos setores de infra-estrutura atenderiam a maior parte da população, se ela fosse planejada. Porém, novas mudanças ocorrem a partir do momento em que o regime político brasileiro toma outro rumo, entramos então no Regime Militar, em 1964 com o Golpe Militar, onde há mudanças tão expressivas que elas são observadas no modo de planejar e arquitetar as cidades.

Apesar de o novo regime político vigente ter características repressoras e mais conservadoras, foi exatamente neste período, como pudemos visualizar que houve maior desenvolvimento do Planejamento Urbano. Esse desenvolvimento ocorreu com maior intensidade devido ao momento de grande fluxo migratório devido ao crescimento econômico. Mesmo com o intenso desenvolvimento, tanto da economia como dos planejamentos, nem todos os planejamento e programas entraram em vigor ou realmente foram atuantes, alguns deles acabaram por aumentar a desigualdades sociais e a segregação.

Apesar de a história demonstrar que o planejamento urbano é algo necessário para a manutenção da cidade e bem estar da população ela ainda evidencia diversas falhas de variadas formas e intensidades. O intuito inicial é ser o mais justo possível e a ordem prevalecer em todas as classes sociais, porém não é isso o que exatamente ocorre, e como meio para evitar essas posturas foram elaborados os Planos Diretores, que visam manter a ordem e a justiça para toda a população numa proporção menor, apenas engloba um único município que possua mais de 20.000 habitantes.

Lixo hospitalar ou resíduo de serviços de saúde: questão conceitual.

Os resíduos de serviços de saúde também são chamados de lixo hospitalar, porém, não levamos em consideração a restrição que ocorre quando este termo é utilizado, pois identifica apenas os resíduos gerados por um órgão hospitalar (hospitais apenas). Como o intuito da pesquisa é identificar e analisar os resíduos gerados por estabelecimentos que prestam serviços de saúde, como as farmácias, clínicas odontológicas e veterinárias, hemocentros, laboratórios clínicos e de pesquisas, instituições de ensino, entre outros, utilizaremos o termo Resíduos de Serviços de Saúde que engloba todos os locais que geram estes tipos de resíduos. Os resíduos de serviços de saúde recebem uma classificação de alta periculosidade, segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a partir de 1993, com a publicação da Resolução 5. Temos também um modo geral de classificação utilizada para esses resíduos, segundo a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), que se dividem em três tipos: infectantes, especiais e comuns.

Os infectantes são aqueles que entraram, por diferentes formas, em contato com agentes patogênicos podendo assim provocar doenças. Esses resíduos possuem um nível de perigo alto, pois nesta classificação, incluem o sangue, instrumentos cirúrgicos, objetos perfurantes ou cortantes, animais e tecidos contaminados. Sendo assim, não podem ser dispostos, ou pelo menos não deveriam estar dispostos em aterros sanitários. Os especiais são aqueles que são gerados pelo uso de materiais radioativos, farmacêuticos ou químicos e são totalmente prejudiciais à saúde humana por possuir características de corrosividade, toxicidade e radioatividade, esses resíduos devem ter tratamento próprio ou devem ser incinerados. Os comuns são aqueles que são gerados pelas atividades administrativas. Não apresentam risco à saúde, são semelhantes aos resíduos domiciliares. Esses resíduos podem ser dispostos em aterros sanitários.

Na tabela abaixo, apresentamos uma classificação do CEMPRE quanto este tipo de resíduo.

Tabela 01: **Classificação de resíduos de acordo com sua utilização.**

<i>Tipos de resíduos</i>	<i>Definição</i>
Resíduo hospitalar comum	Todo sólido ou líquido que não tenha entrado em contato com pacientes, isto é, são considerados infectados ou contaminados.
Resíduo químico perigoso	Todo resíduo considerado perigoso para a saúde humana. Nesta característica encontram-se: líquidos
Resíduos radioativos	Todo resíduo que contém ou pode conter material radioativo.
Resíduo biomédico	Podem ser identificados como biomédicos, bioperigosos ou médicos controlados que seguem a seguinte classificação: Restos de animais (carcaças de animais, partes do corpo, vísceras que podem Ter sido expostos a agentes infectantes podendo causar doenças ao ser humano.) Resíduos biológicos (sangue e fluidos corpóreos que não devem ser lançados na rede municipal de esgoto sanitário.). Resíduo de quimioterapia (materiais descartáveis que tiveram contato com agentes citotóxicos, que são tóxicos pra células, e agentes antineoplásticos, que impedem o crescimento e propagação de tumores e células cancerígenas.). Culturas e estoques de agentes infectantes (material de análise patológico, vacinas e aparatos para transferir, inocular e misturas essas culturas.). Resíduos patológicos (tecido

	humano e partes do corpo.). Resíduos pontiagudos (resíduos que podem perfurar ou cortar, incluindo as agulhas, seringas, vidros, bisturis entre outros.)
Resíduo médico	Todo material de diagnóstico e tratamento e até mesmo imunização de doenças infecciosas.
Equipamentos médicos descartados	Todo material que não foi contaminado e que não tiveram contato com agentes infectantes.

Fonte: Lixo Municipal. Manual de gerenciamento integrado-2ª edição. /IPT, CEMPRE, 2000.

Como a população vem crescendo gradativamente, o aumento na geração de lixo ou de resíduos de variadas naturezas vem crescendo de forma acelerada, tornando mais difícil o seu gerenciamento. Essa dificuldade é resultado da ótica capitalista. Com isso, é exigida uma atenção maior a disposição dos resíduos, desta forma, cria-se uma variabilidade de tipos de subprodutos urbanos.

Formação socioespacial, gênese e evolução das atividades de saúde geradoras de resíduos do município de Ourinhos/SP

O município de Ourinhos/SP começou a ser habitado com o início da derrubada da mata entre Ipaussu (antigamente denominada de Ilha Grande) e Salto Grande (denominada na época de Salto Grande do Paranapanema) em 1905 e com a construção da ferrovia que teve início em 1908. Através da construção dessa ferrovia muitos imigrantes vieram se estabelecer no município de Ourinhos/SP, entre os imigrantes que vieram habitar o município, temos um maior destaque para os imigrantes italianos que foram os responsáveis pela instalação de pequenas indústrias e inserção na plantação do café, assim como os japoneses, na plantação de café, milho e arroz.

Com essa chegada de imigrantes na cidade, houve necessidade de ampliação em todos os setores econômicos. Devido à sua localização permitindo um escoamento da produção, a formação socioespacial de Ourinhos/SP se dá através da exportação da produção agrícola. Com o tempo, surgem comércios atacadistas e armazéns abastecidos com mercadorias que chegam através da ferrovia, cria-se um núcleo urbano ao redor da ferrovia.

Os pontos de parada da ferrovia, a manutenção e o descanso dos passageiros contribuíram para uma dinâmica que possibilitou uma expansão e uma urbanização e, por conseguinte, gerando uma economia ligada à circulação de mercadorias e de pessoas aumentando as necessidades de serviços mais específicos como os serviços voltados à saúde⁵ e ao saneamento básico, como a rede de água e esgoto, coleta de resíduos, e também uma preocupação com as questões de saúde pública.

⁵ Estabelecimentos que prestam serviços à saúde como hospitais, farmácias e outros.

O homem busca ter cada vez mais conforto e qualidade de vida, e para isso, é necessário mais capital, sendo assim, mais trabalho, gerando necessidades de variadas formas que aumentam o grau de consumismo⁶ e, assim, perde-se o controle da geração dos resíduos. Dependendo de como é feito o gerenciamento e disposição dos resíduos podem-se provocar muitos danos como contaminações no solo, no lençol freático, conseqüentemente da água, trazendo riscos de contaminações para os trabalhadores que mantêm contato com resíduos (catadores de materiais recicláveis, responsáveis pelo transporte e manuseio, entre outros), sem contar nas diversas doenças que os resíduos, principalmente, de origem hospitalar, podem provocar se forem dispostos sem cuidados específicos.

Os geradores de resíduos de serviços de saúde são aqueles órgãos ou estabelecimentos que geram os resíduos que se enquadram na classificação apresentada pela ABNT, como hospitais, ambulatórios, entidades de apoio ao idoso, farmácias, clínicas odontológicas, clínicas veterinárias, entre outros lugares onde há manipulação de materiais perfurantes e infecciosos.

No município de Ourinhos/SP, esses resíduos são dispostos, no aterro sem nenhum tratamento. Como o aterro da cidade é classificado como “Controlado”⁷, o impacto é bem mais agravante. O local correto para a disposição desses resíduos seria em valas sépticas – onde o lixo dos serviços de saúde ficaria isolado do lixo domiciliar, haveria impermeabilização e os trabalhadores teriam treinamento adequado para seu manuseio. Esse tipo de acondicionamento adequado do lixo pode ser encontrado em aterros que se caracterizam por “Aterros Sanitários”⁸ e em locais que tenham condições apropriadas para realizar a incineração desses resíduos.

O órgão responsável pelo gerenciamento da disposição final desses resíduos no município de Ourinhos/SP é a S.A.E. (Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos) ela recolhe os resíduos gerados por órgãos públicos, como o hospital público, a Santa Casa da Misericórdia de Ourinhos, o hospital de doenças mentais, unidades básicas de saúde (UBS), laboratórios, farmácias e clínicas. O único estabelecimento que realiza incineração desses resíduos é o Hospital UNIMED de Ourinhos, que contratou uma empresa para fazer o serviço em outra cidade. O objetivo da S.A.E. é de terceirizar o serviço de coleta desses resíduos para que eles possam ser dispostos de forma mais adequada, porém até o momento ainda não foi apresentada nenhuma outra empresa para realizar esse serviço para a S.A.E., um dos motivos é o custo financeiro e com essa terceirização os estabelecimentos particulares ficarão responsáveis pelo gerenciamento e disposição final de seus resíduos.

Características do aterro municipal de Ourinhos/SP

Antes de entrarmos na análise do caso do aterro Municipal de Ourinhos, que de acordo com a CETESB é classificado como Aterro Controlado, devemos esclarecer o que é lixão, aterro controlado e aterro sanitário e apontar as diferenças. O Lixão se caracteriza por ser uma área de descarga de resíduos sobre o solo sem medidas de proteção ao meio ambiente ou a

⁶ Segundo BÉRRIOS (2002), o avanço tecnológico e o desenvolvimento ampliam as oportunidades de consumo, o autor justifica essa ótica através da seguinte citação: “a necessidade seria a condição básica para a interpretação do consumo desde que não considerada a partir e unicamente das noções de valor, das solicitações de classe definidas e delimitada somente por níveis de renda” (SILVA, 1998).

⁷ O que significa que é um local onde não teve nenhum tratamento para prevenção de contaminação de águas subterrâneas, como impermeabilização de base, sistema de tratamento do percolado (que seria a mistura do chorume com a água da chuva) e nem do biogás, apenas cobre os resíduos com uma camada de solo ao fim de cada jornada diária de trabalho.

⁸ O Aterro Sanitário se caracteriza por ter uma preocupação não somente com a disposição a céu aberto dos resíduos, mas, uma preocupação com o impacto ambiental que um aterro pode causar a um determinado local e há estudos prévios como o R.A.P. (Relatório Ambiental Prévio) e o E.I.A. /R. I.M.A. (Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto do Meio Ambiente), que no caso de Aterros Controlados não existe.

saúde pública. Os resíduos podem ficar até mesmo a céu aberto ou em vazadouros, esse tipo de disposição nos remete a diversos problemas como a proliferação de vetores de doença, maus odores, poluição do solo e águas devido a infiltração do chorume (líquido escuro, viscoso e de mau cheiro produzido a partir da decomposição de matéria orgânica). Nesses locais não há fiscalização que evite a chegada de variados tipos de resíduos como os de serviços de saúde e indústrias.

O Aterro Sanitário consiste no modo mais correto de disposição de resíduos por respeitar as normas operacionais específicas, tendo assim o impacto ambiental bem reduzido. Nesta técnica o lixo coletado é despejado numa área impermeabilizada, previamente estudada e planejada que possui R.A.P. (Relatório Ambiental Preliminar) e o E.I.A/R.I.M.A. (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) e tem o aval da CETESB, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, agência responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades que geram degradação ambiental preocupada em preservar e recuperar a qualidade das águas, ar e solo, o lixo despejado é compactado por um trator, o que forma uma espécie de célula que em seguida é coberta com argila, assim o lixo fica protegido contra o espalhamento do vento, chuva e ação de moscas, ratos, baratas. Nestes locais temos total infraestrutura para a drenagem do chorume (maior responsável pela poluição do lençol freático e do solo) e do biogás produzido pela matéria orgânica.

Por fim, Aterro Controlado, que seria a classificação para o aterro de Ourinhos segundo a CETESB, minimiza os impactos ambientais e os riscos à saúde pública, pois consiste em cobrir os resíduos com uma camada de solo ao fim de cada jornada diária de trabalho. Porém essas áreas destinadas ao aterro não dispõem de impermeabilização de base, o que iria manter a qualidade das águas subterrâneas, não há sistema de tratamento do percolato (que seria a mistura do chorume com a água da chuva) e nem do biogás.

O órgão responsável pelo Aterro Municipal da cidade de Ourinhos (SP) é a SAE, Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos, e recebe cerca de 70 toneladas diárias de lixo e não é um aterro que segue as normas da CETESB, sendo assim, o aterro não é legalizado. Não houve um planejamento prévio nem um estudo do local, que seria o R.A.P. e o E.I.A/R.I.M.A., e como não se encontra em local adequado, não há possibilidade de adequação às especificações da CETESB. Isso mostra a falta de comprometimento com o meio ambiente e com a sua degradação.

Essa mostra de ausência da atuação do Poder Público em relação ao meio ambiente mostra a falta do conceito de desenvolvimento sustentável que se deve a defasagem do ano de preparação da Constituição, ano de 1988, que tinha como objetivo tornar as cidades brasileiras mais democráticas (REZENDE, 2003).

Foto 01: Aterro Municipal da Cidade de Ourinhos/SP.



Fonte: Foto tirada na visita feita em Novembro de 2006.

Recentemente⁹, foi feita uma visita onde foi possível conversar com os catadores e conhecer sua rotina. Foi aplicado um questionário elaborado com questões voltadas aos resíduos de serviços de saúde que são encontrados no aterro pelos catadores. Com essa entrevista foi possível perceber algumas situações e certas relações particulares do cotidiano do aterro como a chegada dos resíduos tanto domiciliares como os resíduos de serviços de saúde, os tipos de resíduos de serviços de saúde encontrados, a participação e intervenção da SAE, quanto à chegada desses resíduos, frequência do depósito desse tipo de resíduo, o tipo de transporte, a separação dos materiais, as valas, e relatos de alguns acidentes que ocorreram devido a essa disposição inadequada.

Nesta visita, foi possível conversar com os catadores e conhecer sua rotina. Foi aplicado um questionário elaborado com questões voltadas aos resíduos de serviços de saúde que são encontrados no aterro pelos catadores. Com essa entrevista foi possível perceber algumas situações e certas relações particulares do cotidiano do aterro como a chegada dos resíduos tanto domiciliares como os resíduos de serviços de saúde, os tipos de resíduos de serviços de saúde encontrados, a participação e intervenção da SAE, quanto à chegada desses resíduos, frequência do depósito desse tipo de resíduo, o tipo de transporte, a separação dos

⁹ Trabalho de campo realizado juntamente com o grupo de pesquisa, GREGHO, para a aplicação de questionários em junho e novembro de 2006 e em março de 2007.

materiais, as valas, e relatos de alguns acidentes que ocorreram devido a essa disposição inadequada.

Os resíduos domiciliares chegam diariamente tanto no período matutino quanto no noturno e, diariamente, no período noturno os resíduos de serviços de saúde vêm misturados aos domiciliares sem nenhuma identificação (sacos plásticos na cor branca, lacrados) e acabam vindo no mesmo veículo que transporta os resíduos domiciliares. Já no período matutino, os resíduos de serviços de saúde vêm separados, identificados e possuem transporte específico concedido pela SAE.

Diante da fala dos catadores e da visita foi possível avaliar a presença de variados tipos de resíduos de origem hospitalar como bolsas de sangue, seringas, agulhas, resto de medicamentos, curativos, materiais perfurocortantes como lâminas de bisturis e até mesmo restos de cirurgias e animais mortos. Em relação a fiscalização, a SAE se compromete apenas pelos resíduos encaminhados para o aterro durante o período matutino, onde a coleta é específica e de conhecimento legal. A partir da conversa com o superintendente da SAE foi possível obter o seguinte posicionamento, os resíduos coletados no período noturno, supostamente vêm de locais que não são reconhecidos pela prefeitura local, o que leva ao despejo inadequado, sendo assim, seria impossível saber ao certo a origem desses resíduos.

Os resíduos de serviços de saúde que chegam ao período matutino são dispostos em valas separadas, porém não há uma metragem fiscalizada quanto a distância dessa vala com os catadores. E os materiais de segurança, que são fornecidos pela SAE, não são apropriados para o manuseio desse tipo de resíduo, e apenas a presidente da associação dos catadores é quem fiscaliza a questão da segurança. Durante as entrevistas os catadores relataram que muitos já chegaram a se ferir com agulhas e que, por não ter disponível auxílio médico para tratar os ferimentos, apenas lavaram o ferimento com água. Houve um caso de uma catadora que se feriu e necessitou de afastamento de 15 dias devido à gravidade do ferimento. O questionário, juntamente aos relatos, nos mostra a real situação vivida pelos catadores e o perigo existente em função do total descaso com a segurança desses trabalhadores.

Desta forma, é importante salientar a importância da conscientização sobre a degradação ambiental e os riscos que a disposição inadequada de resíduos permite a saúde humana e da ampliação da coleta seletiva, que auxilia na saída dos catadores desse ambiente tão inadequado a saúde. Trata-se de um problema político-social, e essas medidas podem amenizar, e até mesmo sanar tal problema relacionado ao desenvolvimento urbano.

Considerações Preliminares: resíduo enquanto problema ambiental ou de saúde pública?

As causas ambientais, sociais, econômicas e políticas raramente são analisadas de maneira integrada, porém, é de suma importância essa abordagem para destacar a relação entre os resíduos, à sociedade e o meio ambiente, já que o homem está diretamente relacionado com a degradação ambiental.

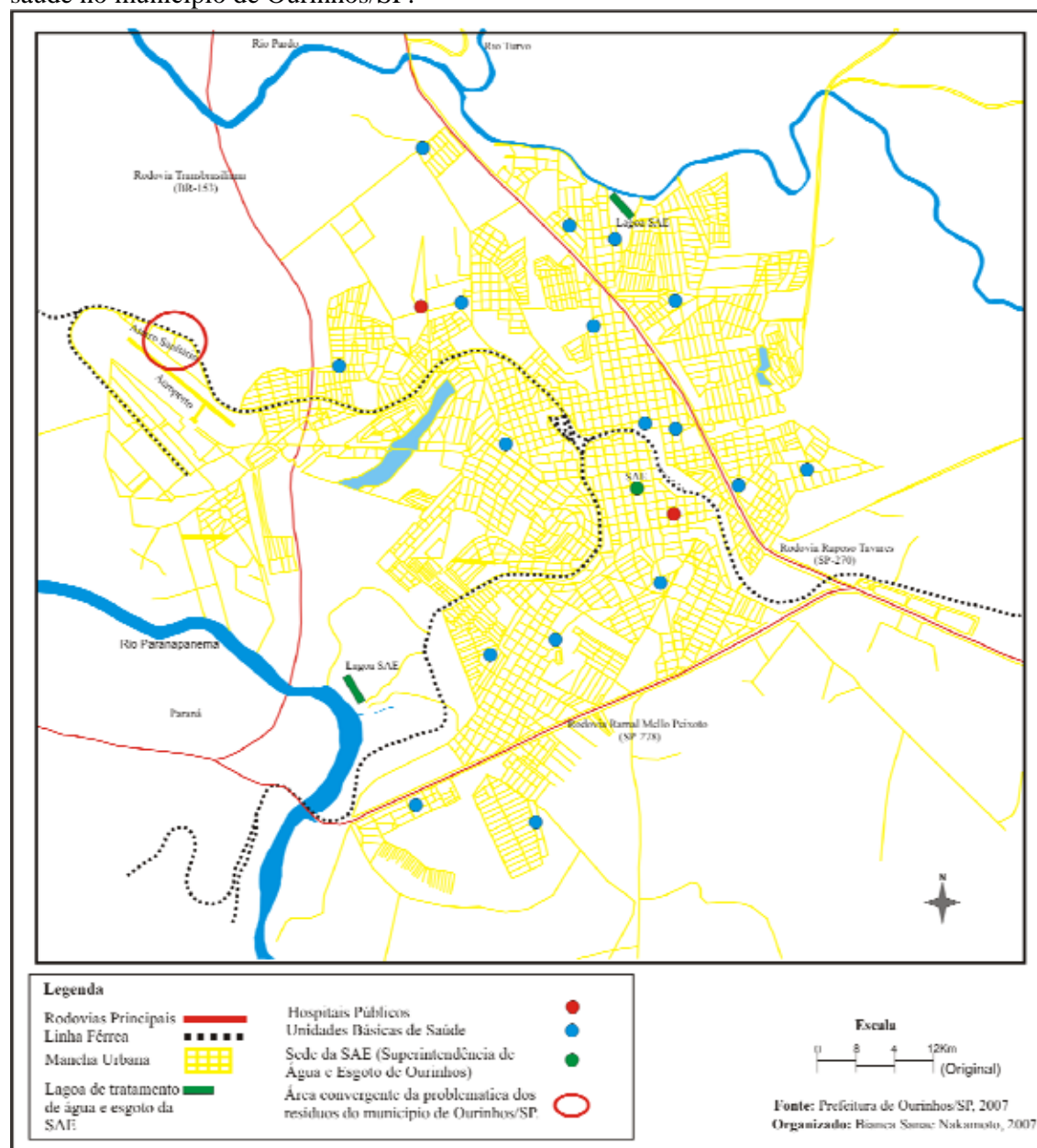
O Estado diante da questão ambiental manifesta uma situação paradoxal: parte de seu aparelho constitui os principais canais institucionais de defesa da qualidade do meio ambiente, outra parte constitui os principais agentes de degradação (MORAES, 2005, p. 57).

A questão dos resíduos de serviços de saúde não pode ser analisada apenas no aspecto da transmissão de doenças infecciosas. Também está envolvida a questão ambiental e de

saúde pública que pode ser integrada através do planejamento urbano, sendo essas questões, legítimas preocupações de biossegurança¹⁰, que são de responsabilidade pública, do Estado.

Diante do exposto podemos considerar que estamos diante de uma grave falta de comprometimento com população devido ao descaso com a questão dos resíduos do município de Ourinhos (SP). O mapa a seguir demonstra onde se localizam os estabelecimentos públicos geradores de resíduos de serviços de saúde do município e que recebem a coleta diferenciada.

Mapa 01: Localização dos estabelecimentos públicos geradores de resíduos de serviços de saúde no município de Ourinhos/SP.



¹⁰ Refere-se às questões que englobam a prevenção ao impacto ambiental que pode ser prejudicial à saúde da população, seria referente à segurança no manuseio de certos agentes contaminantes, como os resíduos de serviço de saúde, que podem ser prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

O Planejamento Urbano foi encarado como uma possível solução para a questão da desorganização das cidades em todas as esferas, porém, se for bem elaborado e executado, caso contrário serve de ferramenta política, e ao invés de amenizar desigualdades e segregações sociais, acabam acentuando cada vez mais essas questões.

A questão dos resíduos de serviços de saúde não pode ser analisada apenas no aspecto da transmissão de doenças infecciosas. Também está envolvida a questão da saúde do trabalhador e a preservação do meio ambiente através do planejamento urbano, sendo essas questões, preocupações da biossegurança, que são de responsabilidade pública, do Estado.

O planejamento urbano é uma tentativa de trazer harmonia entre os aspectos físicos, naturais e construídos do espaço urbano com os aspectos que se confere a qualidade de vida urbana, que seria o bem-estar individual do ser, equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico urbano (REZENDE, 2003). Ao mesmo tempo em que o planejamento urbano busca a harmonia, também nos leva a segregação social.

Essa premissa vem no sentido de levantar discussões em torno dos problemas urbanos decorrentes da falta de intervenção do poder público que se omite diante do planejamento e gestão do espaço urbano. Deste modo, tentamos aqui iniciar uma discussão que possa levar a resolução de tais problemas que são vistos não apenas no município em questão, mas em todo o estado brasileiro.

Referências bibliográficas

BÉRRIOS, Manuel Rolando. **O lixo nosso de cada dia**. In: CAMPO, Jayme de Oliveira, BRAGA, Roberto, CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (org.). **Manejo de resíduos: pressuposto para a gestão ambiental**. Rio Claro, Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – IGCE. UNESP, 2002.

CAMPOS, Jayme de Oliveira, BRAGA, Roberto, CARVALHO, Pompeu Figueiredo de Carvalho (org.). **Manejo de resíduos: pressuposto para a gestão ambiental**. Rio Claro, Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – IGCE, UNESP, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo; Contexto, 2005 – (Repensando a Geografia).

CAVINATTO, Vilma Maria. **Saneamento básico: fonte de saúde e bem-estar**. São Paulo; Moderna, 2003 – Coleção desafios.

D'AMBROSIO, Oscar (organizador). **Ourinhos: um século de história**. São Paulo; Noovha América, 2004 - (Série conto, canto e encanto com minha história...).

GUIMARÃES, Raul Borges. **Geografia política, saúde pública e as lideranças locais** (artigo – UNESP-Presidente Prudente). *HYGEIA, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, dez /2005.

GUIMARÃES, Raul Borges. **Teoria das representações e o espaço imaginário urbano: para além das amarras do território. Memórias e imaginário urbano: geografia de Morpheus**. Presidente Prudente;Azimute.2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Rio de Janeiro; Vozes, 2001.

MENEZES, Maria Lúcio Pires. **Tendências atuais das migrações internas no Brasil**. In: Scripta Nova. Revista eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Universidade de Barcelona, n/ 69, 01/08/2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo; Annablume, 2005.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- PARAGUASSU-CHAVES, Carlos Alberto. **Geografia médica ou da saúde – espaço e doença na Amazônia Ocidental**. Porto Velho; EDUFRO, 2001.
- PIGNATTI, Marta G. **Saúde e ambiente: as doenças emergentes do Brasil**. Ambiente & Sociedade – vol. VII n° 1(jan /jun), 2004.
- PONTIN, Joel Arnaldo; SCARLATO, Francisco Capuano. **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação**. São Paulo; Atual, 1992.
- REZENDE, Vera F. **Política urbana ou política ambiental, da constituição de 88 ao estatuto da cidade**. In. Ribeiro, L.C.Q.Cardoso, A.L. (org). Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do estatuto da terra. Rio de Janeiro; Revan, FASE, 2003, pp.139/152.
- SANTOS, Milton – **Pobreza urbana**. São Paulo; Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SOUZA, Marcelo Lopes. RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo; UNESP, 2004.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo; Contexto, 2001.
- Lixo Municipal. **Manual de gerenciamento integrado**. IPT, CEMPRE, 2000.